

**LICENÇA DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO**

Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Arganil

<b>Requerente:</b>					
Nome:					
Morada:					
Freguesia:			Código Postal:		
NIF:			Telemóvel:		
Localidade:			E-mail:		
<b>Na Qualidade de:</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Usufrutuário</b>	<b>Locatário</b>	<b>Superficiário</b>	<b>Outro</b>
	<input type="checkbox"/>				

<b>Pretensão:</b>	
Ao abrigo do disposto nas alíneas c), a, i) do nº 2 do artigo 4º do Decreto –Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, e ulteriores alterações (RJUE), <b>vem requerer a V. Exa. licença de obras de edificação para o prédio a seguir identificado:</b>	
Morada:	
Localidade:	Freguesia:
Conservatória:	Nº Registo Predial:
Inscrito na matriz sob o(s) artigo(s):	
Frações:	Tipo de Obra <sup>a)</sup> :
a) Preencher conforme as nº 2 do artigo 4º, do RJUE	
<input type="checkbox"/> junção de pareceres necessários à apreciação do pedido	

<b>Lista de Documentos:</b>	
<b>Licenciamento de Obras de Edificação (Portaria nº 71-A/2024 de 27 de fevereiro) ANEXO I ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS I</b>	
<input type="checkbox"/>	1-Indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos pela operação urbanística; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial.
<input type="checkbox"/>	2- Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela câmara municipal ou planta de localização à escala 1:1.000, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas

	geográficas utilizado pelo município, podendo ser substituída por identificação da localização na plataforma eletrónica do Sistema de Informação Geográfica do município, ou equivalente
<input type="checkbox"/>	<p>3-Plantas com extratos das plantas constituintes dos planos territoriais aplicáveis com a delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento, à escala do plano territorial ou superior, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município, podendo ser substituída por identificação da localização na plataforma eletrónica do Sistema de Informação Geográfica do município, designadamente com extratos e legenda de:</p> <p>a) Plantas de ordenamento, zonamento ou de implantação, conforme aplicável;</p> <p>b) Plantas com as condicionantes constantes em planos intermunicipais e municipais.</p>
<input type="checkbox"/>	<p>4-Levantamento topográfico, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamentos, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano).</p>
<input type="checkbox"/>	<p>5-Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações.</p>
<input type="checkbox"/>	<p>6-Memória descritiva e justificativa que descreva o projeto e justifique as opções adotadas, e evidencie o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, contendo:</p> <p>a) Identificação da área objeto do pedido e descrição do contexto territorial em que se insere;</p> <p>b) Caracterização da operação urbanística que inclua obrigatoriamente:</p> <p>i) Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos;</p> <p>ii) Áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas, equipamentos e habitação pública, a custos controlados ou para arrendamento acessível, quando estejam previstas, discriminando obrigatoriamente:</p> <p>a) Os critérios seguidos no dimensionamento de infraestruturas, de espaços para equipamentos, de espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva, de estacionamento e de habitação pública, a custos controlados ou para arrendamento acessível;</p> <p>b) A demonstração do cumprimento dos parâmetros de dimensionamento de espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias, equipamentos e habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível;</p> <p>c) Quando for o caso, os fundamentos da dispensa total ou parcial de cedência para o domínio municipal das áreas destinadas às finalidades referidas na alínea anterior, nos termos dos planos territoriais aplicáveis;</p> <p>iii) Solução adotada para o funcionamento das redes de abastecimento de água, de energia elétrica, de saneamento, de gás e de telecomunicações e suas ligações às redes gerais, quando for o caso;</p> <p>iv) Estrutura viária adotada, especificando as áreas destinadas às vias, acessos e estacionamentos de veículos, incluindo as previstas em estrutura edificada, quando for o caso;</p> <p>c) Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis, discriminando:</p> <p>i) As classes e as categorias de solo que ocorrem na área de intervenção;</p> <p>ii) A identificação de outras regras de uso do solo aplicáveis na área de intervenção;</p> <p>iii) A identificação de cada um dos parâmetros, índices e outros critérios urbanísticos previstos em plano territorial aplicável, bem como a demonstração devidamente fundamentada e</p>

circunstanciada do cumprimento de cada um dos mesmos, com menção expressa ao artigo do regulamento em que o mesmo se encontra previsto;

d) Enquadramento da pretensão no conjunto de servidões administrativas e restrições de utilidade pública que ocorrem na área de intervenção:

i) Identificação de cada uma das condicionantes que abrange a operação urbanística, acompanhada de peça desenhada com a sua representação cartográfica, quando aplicável;

ii) Demonstração da adequação da operação urbanística relativamente ao regime de uso do solo resultante de cada uma das condicionantes que abrange a operação urbanística, com menção expressa ao diploma legal em que a mesma se encontra prevista;

e) Enquadramento da pretensão em outras normas legais e regulamentares aplicáveis, para efeitos dos artigos 20.º e 21.º do RJUE;

f) Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação na envolvente da área de intervenção, incluindo obrigatoriamente a forma como a operação urbanística se articula:

i) Com a morfologia e o tecido urbanos da envolvente;

ii) Com os elementos com relevância patrimonial, arqueológica, histórica e cultural que ocorram na envolvente;

iii) Com os espaços de uso público da envolvente;

iv) Com a via pública, as infraestruturas e os equipamentos existentes na envolvente e, quando se trata de operação de loteamento ou operação de impacto relevante ou semelhante a loteamento, a demonstração da suficiência da rede viária ou a proposta para o seu reforço através de obras de urbanização;

v) Com o dimensionamento das redes de infraestruturas, evidenciando a suficiência destas para servir adequadamente as necessidades decorrentes da utilização dos edifícios previstos na operação urbanística ou a construir na sequência desta, ou propondo o respetivo reforço através de obras de urbanização;

g) Quadro sinóptico identificando todos os elementos quantitativos necessários à demonstração do cumprimento dos parâmetros e índices urbanísticos constantes dos planos territoriais aplicáveis, incluindo obrigatoriamente a superfície total do terreno objeto da operação urbanística e, em função da operação urbanística em causa, apresentar os valores totais e parciais, desdobrados por edifício e por lote ou parcela, da área de implantação, da área de construção, da volumetria, do número de pisos, da altura da fachada, da altura da edificação, da área de impermeabilização, do número de fogos, do número de lugares de estacionamento, das áreas a afetar a cada um dos usos pretendidos, das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias, equipamentos e habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível;

h) Quando se trate de operações de loteamento:

i) Número de lotes e respetivas áreas, bem como as áreas e os condicionamentos relativos à implantação dos edifícios e construções anexas;

ii) Área de construção e volumetria dos edifícios, número de pisos e de fogos de cada um dos lotes, com especificação dos fogos destinados a habitações a custos controlados, quando previstos, e com indicação dos índices urbanísticos adotados, nomeadamente a distribuição percentual das diferentes ocupações propostas para o solo, os índices de implantação e de construção e a densidade habitacional, quando for o caso;

iii) Redes de infraestruturas e sobrecarga que a pretensão pode implicar, no caso de operações de loteamento em área não abrangida por plano de pormenor;

	<p>iv) Solução adotada para o funcionamento das redes de abastecimento de água, de energia elétrica, de saneamento, de gás e de telecomunicações e suas ligações às redes gerais, quando for o caso;</p> <p>v) Estrutura viária adotada, especificando as áreas destinadas às vias, acessos e estacionamento de veículos, incluindo as previstas em estrutura edificada, quando for o caso.</p>
<input type="checkbox"/>	7- Extratos das cartas da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional com a delimitação da área objeto da pretensão, quando se trate de operações não abrangidas por plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território e as operações não tenham sido precedidas por operação de loteamento, nem exista pedido de informação prévia em vigor.
<p><b>ITEM III</b></p> <p><b>Nº 17</b></p>	
<input type="checkbox"/>	a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1;
	b) Projeto de Arquitetura incluindo:
<input type="checkbox"/>	i) Plantas à escala de 1:50 ou de 1:100 contendo as dimensões e áreas e utilizações de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário;
	ii) Alçados à escala de 1:50 ou de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam;
<input type="checkbox"/>	iii) Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:50 ou de 1:100 abrangendo o terreno e o arranque dos terrenos vizinhos, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos, da cota de soleira e dos acessos ao estacionamento;
<input type="checkbox"/>	iv) Pormenores de construção, à escala adequada, esclarecendo a solução construtiva adotada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como com o pavimento exterior envolvente
<input type="checkbox"/>	v) Discriminação das partes do edifício correspondentes às várias frações e partes comuns, valor relativo de cada fração, expressa em percentagem ou per milagem, do valor total do prédio, caso se pretenda que o edifício fique sujeito ao regime da propriedade horizontal
<input type="checkbox"/>	c) Quando se trate de operação urbanística que contemple a cedência de áreas para o município deve ser incluído: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Planta de cedências;</li> <li>ii) Planta de cadastro atual;</li> <li>iii) Planta e quadro de transformação fundiária;</li> </ul>
<input type="checkbox"/>	d) Relatório de Avaliação de Vulnerabilidade sísmica, quando exigível, nos termos da lei;
<input type="checkbox"/>	e) Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, comprovando que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua redação atual, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º;
<input type="checkbox"/>	f) Estudo que ateste da conformidade da operação com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual;

<input type="checkbox"/>	g) Fotografias do imóvel
<input type="checkbox"/>	h) Facultativamente o requerente pode entregar, desde logo, os projetos de especialidades, detalhado no número seguinte;
<input type="checkbox"/>	i) Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;
<input type="checkbox"/>	j) Estimativa do custo total da obra
<input type="checkbox"/>	k) Estimativa dos encargos urbanísticos, nomeadamente com o cálculo da taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas e das compensações urbanísticas, quando aplicável, ou junção de resultado de simulação do cálculo disponibilizado pelo município*; *De acordo com art.110º do RUMA em articulação com o art.51º do Regulamento Geral e Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas do Município de Arganil.
<input type="checkbox"/>	l) Ficha de elementos estatísticos;
<input type="checkbox"/>	m) Declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o respetivo procedimento administrativo;
<input type="checkbox"/>	n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores e coordenador dos projetos quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
<input type="checkbox"/>	o) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.
<b>ITEM III</b> <b>Nº18</b>	
<input type="checkbox"/>	a) Projeto de estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica;
<input type="checkbox"/>	b) Projeto de reforço sísmico, quando exigível, nos termos da lei;
<input type="checkbox"/>	c) Projeto de instalações elétricas;
<input type="checkbox"/>	d) Projeto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei;
<input type="checkbox"/>	e) Projeto de redes prediais de água e esgotos;
<input type="checkbox"/>	f) Projeto de águas pluviais;
<input type="checkbox"/>	g) Projeto de arranjos exteriores, quando exista logradouro privativo não pavimentado;
<input type="checkbox"/>	h) Projeto de infraestruturas de telecomunicações;
<input type="checkbox"/>	i) Projeto de comportamento térmico;
<input type="checkbox"/>	j) Projeto de instalações eletromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias;
<input type="checkbox"/>	k) Projeto de segurança contra incêndios em edifícios ou ficha de segurança, de acordo com a categoria de risco do edifício;
<input type="checkbox"/>	l) Projeto de condicionamento acústico;
<input type="checkbox"/>	m) Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);
<input type="checkbox"/>	n) Projeto de sistemas de gestão técnica centralizada, quando exigível, nos termos da lei;

**Município de Arganil**

<input type="checkbox"/>	o) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores e coordenador dos projetos quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
<input type="checkbox"/>	p) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_

Assinatura

\_\_\_\_\_  
(Assinatura conforme o BI, CC, Passaporte)

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS			
Funcionário de Atendimento _____		Data: ____/____/20__	
ENTRADA	INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS	DESPACHO/DECISÃO	
Requisição Nº:		DEFERIDO	
Data:		INDEFERIDO	
O funcionário:		Data	O Presidente
		____/____/____	_____

O Município de Arganil cumpre o Regulamento Geral de Proteção de Dados no que concerne à recolha e tratamento dos mesmos. Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente à tramitação do presente pedido. Para mais informações contate [dpo@cm-arganil.pt](mailto:dpo@cm-arganil.pt)